Ata da Audiência Pública realizada no dia seis de outubro do ano de dois mil e vinte e três, no Plenário Benedito Magalhães na Câmara Municipal de Santarém. Por volta das nove horas da manhã, o vereador **BIGA KALAHARE (PT)** propositor desta audiência, deu boas-vindas a todos, em seguida, informou que esta audiência tem por objetivo abordar as temáticas sobre o **"Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH e Transtorno do Espectro Autista - TEA"**. Em seguida, convidou para compor a Mesa Oficial das autoridades, a senhora Edilene Tenório – psicopedagoga da Secretaria Municipal de Educação – SEMED; senhora Silvia Gato – Coordenadora de Gestão de Equidade e Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA; senhora Ronilsa Santos – psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil - CAPS-1; Dra. Larissa Brandão – Promotora do Ministério Público Estadual – MPE; senhora Alexandra Marinho; senhor Marciclei Caldas – representando a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTRAS; senhora Leonise Costa Oliveira– representando o Instituto Leonise Oliveira; vereador Sérgio Pereira (União). E para compor a Mesa dos Debates, convidou o senhor Roni Lima – Psicopedagogo da Clínica Sinapse; professora Gleice Reis – Projeto TDAH Oeste do Pará; senhor Marlon Batista de Azevedo – Conselho Municipal de Saúde e Casa Azul; Elizangela Pinheiro – Movimento pela Educação Inclusiva; senhora Hellen Carla Mendes – APPNET - Associação de Pais e Pessoas com Necessidades Especiais do Tapajós; senhora Jussara Monteiro – Associação do Transtorno do Espectro Autista do Tapajós e do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TEAS do Tapajós; senhora Cibele Diniz – TEAS do Tapajós; senhora Luciana Dias – mãe de uma criança atípica. Composta a Mesa Oficial, o vereador **BIGA KALAHARE (PT),** autor do requerimento que originou esta audiência, cumprimentou todos os presentes, em seguida falou que o objetivo desta audiência pública é debater sobre os "Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH e Transtorno do Espectro Autista - TEA" bem como, esclarecer a sociedade colocando em pauta as lutas das famílias que convivem com pessoas atípicas, trazer um pouco de conhecimento sobre esses transtornos e discutir maneiras de diminuir o preconceito, debatendo estratégias e a criação de políticas públicas que possam garantir que seja respeitado o direito da pessoa atípica e exigindo do Poder Público mais ação nesse sentido. Ato continuo, o parlamentar solicitou a exibição de um vídeo com depoimentos de familiares das pessoas atípicas, relatando as dificuldades que enfrentam na área educacional e da saúde. Após a exibição do vídeo, iniciou-se oficialmente a audiência pública, que como dito anteriormente tem como tema o "Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH e Transtorno do Espectro Autista - TEA". Fazendo uso da palavra, a senhora **ALEXANDRA MARINHO** observou que mesmo avisando nas mídias sociais, poucos pais e mães se dispuseram a participar desta audiência, mostrando que, infelizmente, o movimento não tem a força que deveria ter. Em seguida, o vereador **BIGA KALAHARE (PT)** solicitou que as falas se iniciassem pelos membros da Mesa de Debates, em seguida, com os membros da Mesa de Autoridades. Fazendo uso da palavra, a senhora **CIBELE DINIZ** –TEAS do Tapajós, disse que vivencia na prática através de seus dois filhos que possuem TDAH e autismo em níveis de suporte diferentes e, que por isso, compreende de fato o que são esses transtornos e as dificuldades enfrentadas pelas famílias. Disse que a experiência de mãe atípica não é fácil, a difícil tarefa de conseguir proporcionar um acesso à educação de qualidade, o combate ao preconceito, a recusa muitas vezes por parte da escola em dar um atendimento diferenciado, de proporcionar um mediador para acompanhar a criança ou adolescente, todas essas situações só corroboram para o sofrimento maior dessas famílias. Embora, já existir leis que regulamentam e ampare as pessoas com autismo e TDAH, infelizmente, essas legislações não são colocadas em prática, citando como exemplo o seu filho, que precisa ser acompanhado do mediador, mas isso não está sendo cumprido. Disse que precisou entrar com um processo contra o Estado pedindo um mediador para seu filho, que está praticamente reprovado por falta do acompanhamento deste profissional. Frisou ser preciso que os órgãos públicos fiscalizem para ver se a lei está sendo cumprida, além disso, destacou que não existe apenas um autista cadastrado, são inúmeros e que precisam do mediador. Destacou que o Estado precisa ser mais sensível a esta causa, pois todos os dias são mais de 40 mães que enviam mensagens para seu

celular implorando por ajuda, vários são os motivos: falta de remédios; médicos; falta de terapia e mediadores para seus filhos. Em seguida, informou que recentemente houve em Belém a inauguração de uma Delegacia da Pessoa com Deficiência e houve a inauguração do Centro Especializado de Formação à Pessoa com Autismo, segundo ela, faz-se necessário o município de Santarém construir esses equipamentos públicos. Em seguida, o vereador **BIGA KALHARE (PT)** repercutiu a fala da senhora Cibele Diniz que disse receber inúmeras mensagens de mães lhe pedindo ajuda. O parlamentar disse compartilhar da mesma dor, pois em seu WhatsApp são inúmeras mensagens enviadas, principalmente em relação ao laudo médico para seus filhos e até para conseguirem medicação. Para o parlamentar, é preciso unir forças para tentar solucionar esse problema. Fazendo um adendo, a convidada **CIBELE DINIZ** –TEAS do Tapajós, disse que a exigência de que somente o médico neuropediatra pode emitir o laudo é equivocada, já que por lei e, em regra, qualquer médico pode laudar, desde que este, tenha um mínimo de conhecimento desses transtornos. Outra questão levantada é a exigência de renovação do laudo médico, que é desnecessária pois já está especificado em leis estadual e federal que não há necessidade de renovação de laudo para matriculas escolares. Essa burocracia prejudica aqueles pais que não possuem condições financeiras de pagar por uma consulta particular para ficar renovando laudos médicos. Na sequência a **Dra. PATRICIA GALVÃO** – Ministério Público Estadual – MPE, informou que está sendo encaminhado um Projeto de Lei para o gabinete do governador Hélder Barbalho regulando a função do profissional de apoio escolar: cuidador e mediador, previstos neste Projeto. Frisou que esses profissionais poderão possuir apenas o nível médio, porém, terão que fazer um curso com carga horaria de 720 horas para estarem capacitados a atender pessoas com deficiência ou neurodiversa. Se aprovado o projeto, será um avanço em termos de legislação, pois existe uma dificuldade em conseguir um mediador, e nem todas as mães são ativas com relação a busca por seus direitos, por isso, faz-se necessário reuniões como esta para se trazer o problema e o Ministério Público poder traçar um plano estratégico na lutar em prol da implementação de políticas públicas neste sentido. Disse que são muitas as solicitações, principalmente na área da saúde e de educação que são apresentadas ao Ministério Público Estadual. Por isso, o MPE, sugeriu a realização de um mutirão em parceria com APAE, mas, infelizmente, existe o problema relacionado ao número de profissionais médicos habilitados para emitir laudos. Na ocasião, informou que através de muita luta do Ministério Público Estadual, que precisou inclusive entrar com uma ação civil pública, finalmente saiu a Portaria que cria a Delegacia Especializada no Atendimento a Pessoa Idosa, sendo assim, acredita ser possível lutar pela criação da Delegacia Especializada ao Atendimento da Pessoa com Deficiência. Em seguida, o vereador **BIGA KALAHARE (PT)** registrou a presença do vereador Andreo Rasera (MDB), enfatizando que o mesmo é o primeiro vereador deficiente visual desta Câmara. Fazendo uso da palavra, o psicopedagogo **RONI LIMA** – Clinica Sinapse**,** ressaltou os avanços em relação as leis e políticas públicas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA, contudo, chamou atenção para outro grupo, os que possuem Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, que por vezes acabam sendo segregados, deixados de lado. Afirmou que essas pessoas também possuem tantas necessidades quanto os outros em condições de desenvolvimento. Outra situação que torna ainda mais preocupante a falta de tratamento adequado para pessoas com TDAH, são as inúmeras comorbidades associadas a ele e, infelizmente, tratar essas comorbidades quando já instaladas torna-se muito difícil. O psicopedagogo fez uma análise seguindo a diretriz que diz que 1 a 2% da população mundial possuem Transtorno do Espectro Autista - TEA, observando que, se o município de Santarém até o ano de 2022 tinha uma população estimada de aproximadamente 331.000 mil habitantes e, considerando 1 a 2% desse quantitativo, têm-se aproximadamente 6.758 pessoas que podem ter esse transtorno, um número muito elevado de pessoas que precisam de tratamento, ter acesso a saúde e a educação especializada. Porém, o sistema público não vem oferecendo esse suporte, principalmente, no âmbito escolar, existem profissionais da educação adoecendo por que não conseguem atender as demandas desses alunos atípicos. Nesse sentido, o estado tem obrigação de pagar, quando não é assegurado o acesso ao direito dessas pessoas.

Referindo-se a fala da doutora Patrícia Galvão– MPE, concordou que é importante qualificar os profissionais que irão trabalhar com pessoas com TEA e TDAH. O indivíduo com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH precisa de suporte também. O vereador **BIGA KALAHARE (PT)** observou que o profissional que trabalha com o público precisa ter empatia, também precisa se renovar, se qualificar profissionalmente. Ato continuo, fez a descrição do cenário para o vereador Andreo Rasera (MDB). Em seguida, a professora **GLEICE REIS** – Projeto TDAH Oeste do Pará, contou sua história como professora de atendimento educacional especializado na rede pública municipal e de sua experiência como mãe de um jovem com TDAH. Observou que, como mãe ou como professora ninguém está preparado para enfrentar situações como essa, por isso, faz-se necessário mais informação e capacitação. Afirmou que a luta pelos direitos das pessoas atípicas é muito desafiadora, são 20 anos trabalhando e buscando informações sobre este transtorno, tendo inclusive sido denunciada anos atrás por criar o Movimento TDAH no Oeste do Pará. Um grupo formado em 2017, para falar sobre esse transtorno e suas implicações na vida de quem possui, além de levar informação e conhecimento as mães que passam por essa situação. O movimento já levou cursos, atendimento escolar gratuito, mas, infelizmente, dada as inúmeras dificuldades enfrentadas por essas mães, nem todas elas conseguiram ter acesso. Em seguida, enfatizou que a luta pelos direitos dos surdos, autistas e todos os outros transtornos e deficiências não pode ser individualizada, deve ser uma luta conjunta e continua, as famílias precisam estar juntas, a sociedade de modo geral precisa se unir, não basta apenas falar em equidade, é preciso colocá-la em prática. Na sequência, pediu mais compreensão aos pais de pessoas atípicas com relação aos profissionais de educação, que muitas vezes são desrespeitados, humilhados em seu local de trabalho por esses pais e mães que, na busca pelos direitos dos seus filhos, acabando agindo de forma agressiva, essas mães precisam aprender a buscar esses direitos de forma equilibrada. Muitos professores estão adoecendo por conta dessa situação. Frisou que é urgente ter professores assistentes para dar apoio na sala de aula; possibilitar as consultas médicas e acesso a assistentes sociais, bem como, estender as pessoas com TDAH esses direitos, assim como os autistas já conseguiram o Passe Livre, adesivo nos estacionamentos, adesivos em supermercados preferenciais. É preciso adesão das famílias e da sociedade em geral para fortalecer o Movimento pelos direitos das pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH. Dando continuidade a esta audiência, o vereador **BIGA KALAHARE (PT)** chamou para compor a Mesa a Dra. Janecy Alves – Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência – OAB. A Dra. **LARISSA BRANDÃO** fazendo uso da palavra, reiterou a importância de o mediador possuir a capacitação profissional necessária e de se ter planos educacionais adequados, caso contrário não existirá uma educação inclusiva. Na sequência, o senhor **MARLON AZEVEDO** – Conselho Municipal de Saúde e Casa Azul, ressaltou que o tema desse debate é muito pertinente, porém, infelizmente, as lutas pelos direitos das pessoas atípicas, as realizações de audiências e reuniões para debater os problemas e encontrar soluções, os avanços nesse sentido têm sido lentos, vários aspectos precisam ser melhorados, sobretudo a responsabilidade do poder público. Disse ser preciso a união e interesse por parte das famílias em participar de debates como este, o que se observa é que esta Casa, que deveria estar lotada, não está, entretanto, sabem que são muitos fatores que devem ser analisados, desde a falta de recursos que essas famílias não possuem para se locomoverem ou a piora no quadro de saúde de seu familiar atípico. Em seguida, observou que já existem leis federais, estaduais e municipais o que falta é implementação dessas leis. Disse que o município de Santarém possui uma peculiaridade, por esta localizado praticamente no meio da Amazônia, tornando muito difícil o acesso a locais mais afastados, por exemplo, para se chegar até uma comunidade indígena, ribeirinha é uma dificuldade enorme, dada a distância geográfica, a dificuldade de acesso. Comentou que hoje a Casa Azul já recebe crianças indígenas com sinais de autismo, mas devido à distância, a falta de recursos financeiros para se locomover, essa busca por cuidados especializados ainda acontece de maneira lenta. Diante dos problemas relatados, sugeriu que ao final desse debate sejam feitos encaminhamentos e que se crie uma comissão, em seguida, colocou-se à disposição para fazer parte da comissão, caso esta seja criada. Ao final de

sua fala, informou que a Casa Azul está vendendo rifas para angariar recursos para serem investidos na instituição, que já sofreu com vários arrombamentos, tendo inclusive alguns móveis furtados e outros destruídos. Franqueada a palavra, a senhora **HELLEN CARLA** – APPNET, pediu para as mães se unirem e serem mais participativas em reuniões como esta. Na sequência, externou sua indignação pelo tratamento que seu filho recebe na escola, pois, segundo a mesma, não é prestada uma educação inclusiva de verdade. Em seguida, denunciou a falta de medicamentos que deveriam ser entregues no Hospital Regional do Baixo Amazonas – HRBA. Disse que precisa recorrer com ações junto ao Ministério Público para receber essas medicações, o mesmo acontece em relação ao município, que também foi necessário ajuizar ação para poder ter direito aos medicamentos, uma dificuldade que faz com que muitas mães desistam de ir em busca do tratamento para seus filhos. Denunciou ainda a falta de acolhimento nos órgãos públicos e hospitais, e que sempre ouve frases como "você não precisa trazer seu filho", "você recebe benefício" como se o valor fosse suficiente para custear o tratamento, pois são várias terapias. Indagações do tipo "você parou de trabalhar, porquê?" são frequentes. Destacou existir muito preconceito e desinformação, frisando que não há acolhimento, compaixão. Em seguida, sugeriu a unificação das carteirinhas do Passe Livre e a diminuição da burocracia quanto há exigência de renovação, pois, torna-se muito cansativo para as mães que já estão sobrecarregadas. Disse já está na lei os direitos, mas é cansativo ter que sempre precisar recorrer ao Ministério Público. Na sequência, **RONI LIMA** – Psicopedagogo da Clínica Sinapse observou que não se tem nenhum dado estatístico sobre o quantitativo do número de pessoas com TDAH no município, o que se tem são apenas uma pesquisa especulatória que sinalizou que os bairros que mais possuem pessoas com TDAH foram Nova República e Vitória Régia e que, aproximadamente 43% dessa população não possui o diagnóstico fechado, sendo que 69,6% não faz uso de medicação, haja visto, que a medicação é muito cara e, aproximadamente 34,8% sobrevive com um salário mínimo. O vereador **BIGA KALAHARE (PT)** registrou as presenças dos vereadores Carlos Martins (PT) e enf. Murilo Tolentino (PODE), em seguida, leu a justificativa de ausência do vereador Júnior Tapajós (PL). Em continuidade, a senhora **JUSSARA MONTEIRO – TEAS Tapajós,** disse que embora existam leis que amparem as pessoas atípicas, foi preciso brigar pelos direitos do seu filho, que possui o diagnóstico de TDAH há 5 anos e outras comorbidades. Enfatizou que um diagnóstico não define ninguém, hoje com relação a educação existe a lei n° 14.254/2021, que destaca que as instituições públicas e privadas precisam dar formações e orientações para os educadores que trabalham com alunos TDAH, também deve haver profissional especializado em educação especial, bem como haver flexibilização curricular. Comentou que, infelizmente, TDAH não é visto, ressaltando que este aluno possui dificuldades cognitivas. Concluiu destacando que a Constituição Federal em seu artigo 204, diz que a "educação é para todos", por isso, como mãe de filho atípico devem lutar para que haja inclusão. Na sequência, o vereador **BIGA KALAHARE (PT)** registrou as presenças das senhoras Gilma Pereira Rocha – Doutoranda e psicopedagoga; e Sheila Cristina – Coordenadora da Eco Vida e Conselheira Nacional. Fazendo uso da palavra, a senhora **LUCIANA DIAS**, uma mãe de filho atípico, relatou as dificuldades que enfrenta, tendo que abrir mão de trabalhar para poder cuidar de seu filho que possui TDAH e Transtorno Opositor Desafiador - TOD. Em seguida, destacou três pontos importantes que devem ser trabalhados, principalmente na área da educação, são elas: empatia; conhecimento e aceitação. Disse ser fundamental ter empatia pelo próximo e necessário conhecimento para se trabalhar com esses transtornos. Segundo ele, é preciso a aceitação por parte dos pais, pois quando se esconde um diagnóstico, ou se recusa a aceitá-lo e procurar ajuda e tratamento, prejudica-se a família toda. Observou que ainda há carência de conhecimento e adequação no ambiente para se trabalhar com esses alunos especiais, embora se venha trabalhando essas questões, ainda está muito lento este processo. Na área da saúde, também existe outro problema, há tratamento, mas ao mesmo tempo não há, pois existe uma dificuldade em ter acesso aos profissionais de saúde, falta psiquiatra, dentre outros profissionais especializados, no Caps-I, por exemplo, existe essa falta. Em sua fala, chamou atenção para importância de se tratar a saúde mental dos indivíduos com transtornos, mas também

dos pais e dos profissionais que lidam diariamente com a individuo atípico. Na sequência, contou que seu filho recebeu o diagnóstico de TDAH aos 2 anos e nove meses de idade e, que nesse período protocolou junto a Secretaria Municipal de Saúde –SEMSA encaminhamento para consulta com um neuropediatra. Atualmente seu filho tem 5 anos de idade e se não fosse por via particular, até hoje seu filho não teria sido atendido com esse profissional, o que mostra que embora o Sistema único de Saúde –SUS disponha de tratamento gratuito para quem TDAH, esse tratamento na prática não acontece. Destacou que os indivíduos que possuem essas comorbidades precisam de uma equipe multidisciplinar de saúde, como: fonoaudiologista; psicólogos; terapeutas, mas nem todas as famílias possuem recursos financeiros para conseguir esses tratamentos. Disse já ter ido atrás de benefício para seu filho junto ao Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, tendo seu pedido negado pelo órgão com alegação de que o CID de quem tem TDAH não dava direito ao benefício. Frisou que a falta de recursos dificulta o tratamento dessas crianças, o tratamento é caro. Em seguida, disse ter procurado alguns órgãos públicos como a SEMED, o Ministério Público Federal, Hospital Regional do Baixo Amazonas – HRBA e a Defensoria Pública da União – DPU para auxilia-la com relação ao tratamento do TDAH de seu filho, sem sucesso. Concluiu sua fala, dizendo que espera que desta audiência possam sair encaminhamentos com ações concretas. Na sequência, a senhora **ELIZANGELA PINHEIRO – Movimento pela Educação Inclusiva – MOVEI,** disse que o movimento está à disposição de todos aqueles que tenham demandas, lutas e propostas sobre a educação inclusiva. Ressaltou que embora, muitas autoridades não estejam presentes nesta audiência, há de se destacar os órgãos de defesa de pessoas em situações de vulnerabilidade social, movimentos sociais, mães, autoridades presentes, pessoas com diferentes designações politicas unidas por uma causa humanitária, presentes e participando desta audiência, tornando esse momento profícuo para que as pautas aqui apresentadas sejam efetivamente encaminhadas de forma mais eficaz. Disse que o processo histórico criou uma sociedade capacitista, excludente, racista, uma sociedade deficiente e isso faz com que tenham que percorrer um longo caminho para alcançar os direitos humanos à saúde, educação; transporte; direitos sociais. Disse ser preciso ressaltar, que aqui estão pessoas presentes de diferentes pensamentos, mas que estão lutando por esses direitos, para alterar a realidade. Concluiu dizendo que MOVEI pauta a questão do pleno desenvolvimento da pessoa humana; da igualdade de condições, citando a lei n° 14.224/2021 que determina o acompanhamento integral para todas as pessoas que possuem algum transtorno que dificulte a aprendizagem; a observância por todas as instituições e órgãos estatais da Resolução estadual n° 304/2017, que determina que o estudo biopsicossocial das pessoas com transtorno de aprendizagem seja realizado por uma equipe multidisciplinar no âmbito da escola, ou seja, não precisa de laudo. Também explicou sobre a Nota Técnica n° 04/2014 que também determina a não obrigatoriedade de apresentação de laudo médico para que pessoas com deficiência possam ter acesso ao atendimento educacional especializado, esclarecendo que mesmo o laudo médico sendo um respaldo para escolas, ele não pode restringir um direito previsto na legislação. Talvez seja necessário a Casa Legislativa criar recomendações para que o Executivo observe as normas existentes. Em seguida, pontuou um aspecto positivo que foi a criação de um canal de comunicação dentro da plataforma da Prefeitura Municipal, mostrando o quantitativo de pessoas com autismo dentro do município de Santarém, embora falte os dados do TDAH, isso já foi um avanço. Na oportunidade, sugeriu a formação de um grupo de trabalho para discussão do Projeto de Lei proposto pelo vereador Biga Kalahare, pois existem alguns pontos que precisam ser detalhados, também seria interessante incluir dentro desse projeto as pessoas com TEA. Passando a palavra, a senhora **SHEILA CRISTINA - Coordenadora da Ecovida e Conselheira Nacional,** disse ser mãe de um adolescente com TDAH e que também é TDAH e que como profissional também atua com pessoas que possuem esse transtorno. Falou da necessidade de haver uma ala especializada no tratamento de pessoas com deficiência dentro do Hospital da Criança, quando este vier a ser inaugurado, com objetivo de atender as demandas daqueles que não tem plano de saúde e mapear o quantitativo de pessoas que possui algum tipo de transtorno. Enfatizou que é necessário capacitar mais os profissionais para o atendimento de forma mais

"FREQUÊNCIA AUDIÊNCIA PÚBLICA TRANSTORNO DO DEFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA";

Nº	NOME	ENTIDADE
01	LARISSA BRASIL BRANDÃO	MINISTÉRIO PÚBLICO
02	Ozione dos Santos Lima.	
03	Rôniza do Socorro Bezerra dos Santos	CAPSi
04	Silvia Patricia Gaia Costa	SEMSA
05	Leonie Costa Oliveira	Instituto Leonie Oliveira
06	Kássya Divina Rodrigues.	UFOPA / NEP / MNU
07	Luciana Oliveira	Unama
08	Edilena Tenório de Sousa	SEMED
09	Anne Patrícia Melo de Almeida	SEMED.
10	maria Jeane Costa dos Santos	Conselho Fiscal
11	alcione arruda do nascimento	
12	Ana Paula Andrade	
13	Maria Beatriz Unloft Correa	
14	Ruth Martins Rodrigues	TEA'S
15	Kamile O. Gadelha	TEA'S.

16	Rony N. de Lima	Synapses/UNIMED.
17	Kuna Sousa Dias	
18	Rafaelle dos Reis C. da Silva	
19	Maria Nozeni Braga. Sardinha.	NUVEI
20	Elysângela Sousa Pinheiro	NUVEI
21	Railene Duarte Ribeiro	TDAH Oeste do Pará
22	Cleiciane Araújo dos Reis	TDAH Oeste do Pará
23	Luana Guimarães Vieira ♡	TDAH Oeste do Pará
24	Éleci Morais Guimarães	TDAH Oeste do Pará
25	Eliane Ferraz Quintela	TDAH Oeste do Pará
26	Ticiana Castro Soares	TEA Tapajós
27	Jucara Gomes Monteiro	TEAS Tapajós
28	Alexandra Marinho	Teas do Tapajós
29	Maraclay Nogueira	NDPT/SEMTRAS
30	Adriana maria dos santos	
31	Leandro Uchoa Sousa.	TEAS Tapajós
32	Anna Paula Oliveira Leite	TEAS Tapajos
33	Marlon Amado	CMSS / Casa Azul
34	Ricardo Ortz	CMS.
35	Hugo Manuel Castro de Almeida	CMS/ Interlagos

		ENTIDADE
36	Ériton Nolne Silva	CMS
37	[illegible]	CMS
38	Ane Corrêa Campos	Teas tapajós
39	Janaina L. Maia	
40	Lucielly Chaves Andrade	Gab. Ver. Gerlande Castro
41	Giovane Lima da Silva	CMS
42	[illegible]	C.S
43	Maria Rosangela Ferreira de Souza	Gabinete do Vereador Sergio Pereira
44	Adilson Pereira de Mato	NDPD/SEMTRAS.
45	Sheila Cristina B. dos Santos	Instituto EcoVida.
46	Hellen Carla L. Mendes	APPNET.
47	Janeiro Pereira Alves	OAB/PA
48	[illegible]	
49		
50		

51 - Luciane G. Vieira
52 - Shaji Thomas — Mouei/PA
53 - Geovandro correa viana — CMS
54 - Simone Vasconcelo — TEA Tapajos
55 - Pablo Eduardo S. Carvalho
56 - Gersonito Araujo de Oliveira
57 - Suzana Passos Silva
58 - Ulilena Gerêdo Cadrão